

Gabinete da Prefeita

OFÍCIO GP nº 1.398/2017

Caruaru, 25 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor

Luiz Ferreira Torres Filho

Presidente da Câmara Municipal de Caruaru - PE

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Venho à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, por via de convocação extraordinária, com fundamento no art. 28, I da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 35, II, a do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru, apresentar o Projeto de Lei em anexo que *“Institui o “BÔNUS FENAGRESTE” para os servidores da Secretaria de Educação e dá outras providências. ”*

Para melhor análise da proposta, encaminho a justificativa necessária a sua apresentação, bem como solicito que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em caráter de urgência.

Atenciosamente,

Raquel Lyra

Prefeita

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 009/2017

**Excelentíssimos
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Encaminho para apreciação de Vossas Excelências, por via de convocação extraordinária, com fundamento no art. 28, I da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 35, II, a do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru, a presente mensagem com o fito de propor e justificar aos insígnos representantes dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo que “Institui o “BÔNUS FENAGRESTE” para os servidores da Secretaria de Educação e dá outras providências. ”

Parte do processo de aprendizado é fruto da qualificação realizada pelo Docente, frente aos desafios encontrados no ambiente escolar e na comunidade na qual está inserido.

O Poder Executivo Municipal vislumbra, através deste Projeto, oferecer aos professores da rede municipal a oportunidade de adquirir conhecimentos através da doação de quantia em dinheiro suficiente para aquisição de livros a seu critério, permitindo desta forma que o mesmo se aperfeiçoe e de tal modo transmita aos alunos da rede municipal os conhecimentos adquiridos.

A motivação do servidor, lastreada por ações que possibilitem a verdadeira valorização como profissional que é, é matéria de suma importância para a gestão.

Nesse sentido, espero, pois, a pertinente e justa apreciação da propositura acostada, vez que esta tem os basilares propósitos de reestruturar e dar novos instrumentos à Educação Municipal como parte do Movimento Juntos pela Educação, e, principalmente, continuar direcionando-se rumo ao progresso de Caruaru, aproveitamos o ensejo para renovar votos de consideração e apreço.

Ressaltamos que foi realizado estudo de impacto orçamentário, e este reajuste encontra-se dentro do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme declaração em anexo.

Caruaru, 25 de julho de 2017.

Raquel Lyra
Prefeita

Declaração sobre Estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro

Declaro, para os fins do disposto no Inciso I do Art. 16 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que o impacto orçamentário decorrente do Projeto de Lei em anexo que *“Institui o “BÔNUS FENAGRESTE” para os servidores da Secretaria de Educação e dá outras providências.”*, uma vez estabelecido no âmbito Municipal, acarretará um aumento de R\$ 958.273,71 (novecentos e cinquenta e oito mil duzentos e setenta e três reais e setenta e um centavos) nos índices de despesas com pessoal, o equivalente a 0,16% da Receita Corrente Líquida do Município de Caruaru obtida nos últimos 12 (doze) meses, outrossim, saliento que o caráter continuado do Projeto de Lei em tela, não ocasionará impacto orçamentário-financeiro para os anos seguintes, não ultrapassando os limites e encargos com despesas com pessoal nos termos da Lei Complementar de Nº 101/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal.

Caruaru, 25 de julho de 2017.

Raquel Lyra
Prefeita

PROJETO DE LEI Nº ____/2017

Institui o “BÔNUS FENAGRESTE” para os servidores da Secretaria de Educação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, art. 55, da Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Poder Legislativo o seguinte

PROJETO DE LEI

Art. 1º Fica instituído o “Bônus Fenagreste” que tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino mediante a promoção de incentivos à capacitação de servidores da Secretaria de Educação.

Art. 2º O “Bônus Fenagreste” será destinado à aquisição de livros no âmbito da Feira Nacional do Livro do Agreste - Fenagreste, ou outro evento similar que a substituir, por servidores efetivos e contratados, vinculados à Secretaria de Educação e pertencentes ao Grupo Magistério.

§ 1º Os servidores de que trata este artigo poderão ser contemplados com o benefício, ainda que estejam em gozo das licenças previstas nos Arts. 109 a 134 da Lei estadual nº 6.123/1968.

§ 2º O “Bônus Fenagreste”, nos casos em que houver acumulação de cargos públicos no Município de Caruaru, será concedido apenas para um dos vínculos.

Art. 3º Os servidores públicos municipais, de que trata o art. 3º desta Lei, receberão o abono do Município de Caruaru por meio de limite de créditos, expressos em reais, após a formalização de convênio entre o Município de Caruaru e Associação das Distribuidoras e Editoras do Nordeste – ANDELIVROS, cujo instrumento disciplinará acerca das regras para operacionalização do pagamento do benefício.

Art. 4º O “Bônus Fenagreste” será concedido ao menos uma vez por ano no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), garantindo-se reajuste anual do valor referido.

Art. 5º O “Bônus Fenagreste” não tem natureza salarial nem se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito.

Art. 6º O Secretário Municipal de Educação designará comissão para coordenar e implementar o “Bônus Fenagreste” no âmbito da Secretaria de Educação.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos pela comissão de que trata o artigo anterior, cujo parecer será submetido à apreciação do Secretário de Educação.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria da Secretaria de Educação.



PREFEITURA DE
CARUARU

Parágrafo Único - O “Bônus Fenagreste” relativamente ao Grupo Ocupacional Magistério, previsto no inciso I do art. 3º será custeado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jaime Nejaime, 25 de julho de 2017; 195º da Independência; 129º da República.

Raquel Lyra
Prefeita